



Ata Número Sete

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022; -----
- 3 - Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2023; -----
- 4 - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Ana Bandeira que justificou a falta e foi substituída por Isabel Neves que justificou a falta e foi substituída por António José Rodrigues que justificou a falta e foi substituído por Sara Alexandra Antunes e Nelson Lopes que justificou a falta e foi substituído por Ana Filipa Vidal que justificou a falta e foi substituída por João Fernandes, do Partido Socialista; a ausência de Maria Antunes que justificou a falta e foi substituída por Jorge Pratas que justificou a falta e foi substituído por Daniela Santos e Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi substituída por Susana Barata que justificou a falta e foi substituída por Rui Morais, da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP. -----

PÚBLICO: -----

Não houve inscrições. -----



A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o projeto de ata referente à sessão ordinária que teve lugar no dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e vinte e dois. Não havendo sugestões de melhoria ou pedido de correção, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

Seguidamente, a **Senhora Presidente da Mesa** deu conhecimento que a Mesa da Assembleia nos termos das alíneas d) e é) do nº 19º do Regimento Municipal que recebeu uma moção e uma proposta apresentadas pela Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP que foram, entretanto, remetidas a todos os membros da Assembleia Municipal, a fim de serem apreciadas e votadas nesta reunião.-----

Moção: “Pela Transparência da APIN.” Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 1 (um)). -----

João Curvelo fez a apresentação da referida moção propondo que em próxima sessão desta assembleia, o atual Presidente do Conselho de Administração da APIN, João Miguel Sousa Henriques, esteja presente a fim de esclarecer todas as questões às quais a APIN não tem correspondido, tais como: as perdas de água, ocorrência de falhas no abastecimento, falta de respostas a sugestões e reclamações, ocorrência de avarias em condutas, rentabilização do seu parque de viaturas e ainda, a subsistência do projeto APIN a médio/longo prazo.-----

Inscrições: Joel Fernandes, João Curvelo, e Santinho Antunes.-----

Joel Fernandes interveio começando por dizer que concordava com parte do teor da moção apresentada, nomeadamente no que respeita à transparência na gestão, no entanto, se os promotores da moção assim concordassem, poderia fazer-se outro tipo de iniciativa, eventualmente, uma sessão de esclarecimento mais global ou uma reunião com o Conselho de

Handwritten signature and initials.



Administração da APIN, à semelhança do que foi feito aquando da adesão e constituição desta empresa. Assim, com a aceitação destas sugestões o Grupo Municipal do PS disse estar de acordo, deixando o assunto à consideração.-----

João Curvelo pediu a palavra para declarar que a Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP concorda com os moldes da proposta apresentada por **Joel Fernandes** e esclareceu que os dados técnicos que a moção evidencia é apenas para servir de mote à referida reunião.-----

Joel Fernandes interveio novamente para dizer que, uma vez que a Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP concorda com os moldes apresentados, poderá realizar-se uma sessão de apresentação em local a designar e conforme disponibilidade dos membros da Assembleia e da Empresa APIN, não sendo necessária a discussão em sessão ordinária.-----

Santinho Antunes interveio para sugerir a preparação conjunta nos moldes a que chegassem a acordo e fizessem chegar a proposta à **Senhora Presidente da Mesa**.-----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a sugestão proposta agora apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Proposta: “Pela Implementação de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social na Louçã.” Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 2 (dois)). -----

Santinho Antunes fez a apresentação da referida moção considerando que o Executivo e Assembleia Municipal deverão conceber e apresentar a sua própria “Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social” de forma a permitir uma caracterização realista do concelho com capacidade de influência junto das organizações e atores relevantes em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Município da



Lousã e promover convite à apresentação de propostas a entidades políticas e civis, a fim de elaborar um instrumento específico e ajustado às necessidades dos Lousanenses, interpelando, ainda, o governo para não se esquecer de apresentar o seu próprio Plano.-----

Inscrições: Margarida Correia.-----

Margarida Correia tomou a palavra e relativamente à proposta apresentada afirmou, citando: *"importa referir que conforme é mencionado no documento, a Estratégia Nacional foi lançada em dezembro de 2021; a elaboração do plano de ação é competência da coordenadora nacional, que foi designada em outubro de 2022 e, ainda, está a decorrer o prazo de 180 dias para a sua conclusão. Sem prejuízo da articulação entre entidades, entendo pertinente destacar que o trabalho desenvolvido pelo Município da Lousã revela o compromisso e a mobilização das estruturas locais e adequação às especificidades do concelho, de que são exemplo: o Programa MAPSES, com cerca de quase 40 mil euros anuais para resposta a situações de emergência social, o Programa ABEM, para acesso a medicamentos; cerca de um milhão de euros previstos para resposta e investimento na área social, nomeadamente da habitação social, para além de outros apoios que não sendo contabilizados na área social, também significam um investimento na coesão, como é exemplo na educação - as refeições escolares, o transporte e as atividades de apoio à família. Pelos dados elencados, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará contra a proposta apresentada."*-----

Colocada à votação a moção "Pela Implementação de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social na Lousã", foi rejeitada com 16 (dezasseis) votos contra do PS, 1 (uma) abstenção do BE e 8 (oito) votos a favor da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

ASX
h
gr



Inscrições: Helena Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, Daniela Santos, Rui Morais, Filipa Marques, Carolina Cabral, Maria Fernanda da Franca, Marco Sequeira, António José Gonçalves, Santinho Antunes e Joel Fernandes. -----

Helena Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho interveio para manifestar a sua preocupação em relação aos cortes rasos de árvores que se têm verificado na Serra da Lousã, nos últimos tempos. Afirmou que se trata de áreas privadas, mas, apesar disso existe a preocupação da salvaguarda do património natural e da Serra da Lousã. Questionou o **Senhor Presidente** se pode dar alguma informação sobre o que se está a passar e a eventual legalidade do ato e quais as possibilidades de intervenção por parte da Câmara Municipal para controlar ou minimizar o *"aspeto de devastação que estamos a verificar na nossa Serra."* Deu nota que reconhece que tem que haver cortes de árvores, mas a salvaguarda da paisagem natural é importante e tem que ser garantida. Questionou, ainda se este tipo de cortes acresce ao responsável um dever de replantação/reflorestação, qual o papel do ICNF neste tipo de operação, se futuramente se consegue introduzir alguma ação preventiva ou de caráter de fiscalização mais eficaz para que situações destas não se repitam ou se façam de forma a não danificar a Serra e a paisagem. -----

Daniela Santos usou da palavra começando por se referir às condições climáticas que se estão a atravessar, nomeadamente com chuvas intensas e a consequente preocupação com os rios e enchentes, em Foz de Arouce e Serpins. Solicitou à Câmara Municipal acompanhamento desta situação no auxílio às pessoas que assim o necessitem. Seguidamente, e na área da Educação, referiu-se aos constrangimentos provocados na comunidade escolar, com as obras da escola EB2, nomeadamente o caos de trânsito que se verifica junto da escola. Recordou que as obras tiveram o seu início no mês de agosto, com uma previsão inicial de quinze dias e já se passaram quatro meses. Solicitou, por isso, informações detalhadas sobre o decurso destas obras

e qual a data prevista para a sua conclusão. Mencionou, também, as obras de requalificação da Escola Secundária da Lousã que *"inquietam e provocam insatisfação a toda a comunidade escolar que dura já há alguns anos"* perguntando, por isso, a fase em que se encontra a nova candidatura e quais as suas condições.-----

Rui Morais interveio para se referir ao agravamento dos Cuidados de Saúde Primários, na Lousã devido à incapacidade de resolução da total ausência de recursos humanos e materiais. Citou uma notícia publicada no jornal O Trevim dando notícia de que uma pessoa residente no lugar dos Pegos que necessitava de uma consulta de urgência foi encaminhada para o Centro de Saúde de Arganil. Declarou que o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, já apresentou nesta assembleia medidas em que auscultação da sociedade considera fundamental para que possa recuperar melhorias no Centro de Saúde da Lousã, incluindo um serviço de emergência, a sua atividade assistencial. Neste sentido, solicitou que fosse esclarecido o ponto de situação sobre quais foram as medidas que foram tomadas anteriormente relativamente a esta situação, citando: *"nomeadamente instar o governo para que adote um Plano de Recuperação na atividade dos Cuidados de Saúde Primários e reforce o investimento a este nível, principalmente atendendo à descentralização de competências na área da saúde, bem como, quando é que se prevê a reabertura da extensão do Centro de Saúde, em Serpins, a dotação de mais profissionais de saúde para reforçar as diversas Unidades Familiares do Centro de Saúde da Lousã com a contratação de profissionais de saúde, nomeadamente, médicos e enfermeiros, psicólogos, assistentes técnicos e assistentes operacionais."* Referiu, igualmente a necessidade de melhoria de comunicação de redes de saúde, comunicações eletrónicas, alargamento de horário de funcionamento da Unidade de Cuidados de Saúde Primários até obter um serviço de atendimento permanente, articulação com outras Unidades Hospitalares para

FX
h
gr.

realização de exames complementares, diagnóstico e terapêutico prescritos pelo médico de família e aquisição de material clínico. -----

Filipa Marques interveio para dar conhecimento que se encontra a decorrer até ao próximo dia trinta do corrente mês o período de candidaturas para a atribuição de bolsas do Ensino Superior. Informou que esta medida, que pretende minorar as dificuldades económicas de alguns agregados familiares, abrange os alunos do ensino superior que residam no Concelho da Lousã, há mais de dois anos. Disse que é, também, uma forma de estimular o ensino superior e a progressão dos estudos académicos contribuindo para o enriquecimento e desenvolvimento socioeconómico do concelho com profissionais mais competentes. Concluiu afirmando que as condições de acesso às bolsas são descritas em regulamento próprio e representa um investimento total da autarquia, na ordem dos doze mil euros. -----

Carolina Cabral tomou a palavra a fim de partilhar a apreciação que o seu Grupo Municipal tem, relativamente aos mercados de Natal realizados no concelho, ambos de essência e iniciativas distintas todavia, com a mesma transversalidade de *"atitude desapaixorada desta autarquia."* Teceu duras críticas à falta de espírito criativo de pró atividade e não saber colocar o município em primeiro plano na promoção cultural dada a falta de planeamento e organização comparativamente a concelhos próximos. Citando: *"... o que se vê no turismo? uma iniciativa privada e naquele que tem sido o associativismo desperto e atento emergente do nosso concelho. Houve lugar a mercados descaracterizados, valendo-nos apenas o esforço de quem neles enfeitou os seus stands, as suas bancadas na alegria de mostrar o que foi feito para ser visto e para ser vendido e certamente que todos eles receberam aplausos por parte deste executivo, mas, também, certamente que qualquer um deles teria preferido uma organização diligente, pensada e numa outra escala. Senhor Presidente,* do ponto de vista económico e financeiro destes mercados de Natal que devem ser montras nacionais como todos sabemos ficam as questões sobre estudos análises e rescaldos. Quantos conseguimos

AF
h
Q



*atrair? Quanto capital se conseguiu movimentar para os negócios locais? O que correu menos bem e o que pode ser melhorado em eventuais iniciativas do género e saber, também, se é esta inércia que nós temos assistido uma inércia que imita mas que não tem carisma para ser imitada que queremos, também, saber como é que pretendemos continuar a mostrar o nosso concelho e aquilo que aqui se produz na Lousã, pelos Lousanenses. Será sequer possível, **Senhor Presidente** que a autarquia saiba se vai tirar partido do nosso património do que cresce nas ruas, agora, ainda, mais estreitas da Lousã? Provavelmente esta quadra deveria rebobinar a atitude desta autarquia e levarmos a debates sérios, imparciais e apartidários acerca da marca da pegada que queremos que cresça no nosso concelho.” -----*

Maria Fernanda da Franca prescindiu da palavra. -----

Marco Sequeira interveio para falar sobre a realização recente de um seminário dedicado ao tema “O Papel das Políticas Públicas na Promoção da Conservação da Natureza da Mata do Sobral”, promovido pela autarquia e com a colaboração da Junta de Freguesia de Serpins, Baldios de Serpins e ICNF. Disse que, neste seminário os objetivos passaram por refletir sobre os desafios da conservação da natureza, bem como da promoção da biodiversidade dos ecossistemas naturais existentes naquela mata. Abordou vários assuntos, nomeadamente, os trabalhos efetuados recentemente no controlo/erradicação da flora exótica invasora na Mata do Sobral, no âmbito da candidatura efetuada pela Câmara Municipal da Lousã e o POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Portugal 2020 e União Europeia. Deu ainda ênfase ao Prémio Nacional da Paisagem 2022 cuja candidatura apresentada pela Câmara Municipal da Lousã “Aldeias da Serra da Lousã” foi a grande vencedora, atribuído no âmbito da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem. Afirmou que este Prémio, além da importância da distinção valida a estratégia de valorização da Serra da Lousã, das suas paisagens e o investimento robusto da Autarquia em mais de duas décadas e em várias vertentes e que tem potenciado novos



e diferenciadores usos, nomeadamente na atividade turística, desporto de natureza, nas experiências, mas também na valorização, preservação e promoção do património natural. Concluiu dizendo que este trabalho concretiza a importância relevante que a Serra da Lousã tem para o concelho, região e para todo o país.-----

António José Gonçalves interveio começando por recordar que o seu partido tem razão na pretensão das transmissões destas assembleias, via Facebook, porque, *"o público é sempre o mesmo."* Seguidamente questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre uma reunião do Executivo Municipal, onde foram levantadas algumas questões pelo munícipe José Pires Bento e que envolve a pessoa do **Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras**. Citando: *"parece que esta Junta de Freguesia está sempre envolta em polémicas. Ao que parece, o munícipe José Pires Bento acusa o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Artur Jorge de ajustes diretos e na edificação de um terreno próprio, para construção, sem que para isso tenha autorização e, também, documentos assinados sem ter habilitações para isso."* Solicitou esclarecimentos sobre estas declarações ao **Senhor Presidente da Câmara**. Fez uma referência aos veados e javalis afirmando existir uma *"caça clandestina"* à qual apresentou a sua crítica, não esquecendo porém o prejuízo que estes animais estão a causar às pessoas, porque na ausência de pasto vêm ao encontro de mantimentos e arrasam com as culturas dos proprietários, pelo que perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se está em vista tomar alguma medida sobre esta situação. Seguidamente, abordou o estado do jardim dos Paços do Concelho, tecendo duras críticas à plantação de buxos ornamentais que vão demorar muito tempo a crescer e lamentou a falta de uma intervenção integral, reiterando o pedido de uma remodelação completa daquele espaço. Perguntou ao **Senhor Presidente** citando: *"... se o troço de vinte metros dos Passadiços é para ficar toda a vida assim?"* Referiu, ainda, que na última sessão da Assembleia Municipal realizada em setembro, não tendo a assembleia tido conhecimento, que a **Senhora Vice Presidente**



Henriqueta Oliveira se ausentou, deixando o Executivo, citando: "como os Senhores melhor podem ver... citando um dos Vereadores, esta é uma assembleia séria, eu, provavelmente, também, vou ter que sair por motivos de saúde, mas irei, certamente, avisar que tenho que me ausentar, portanto, para dar dignidade a esta assembleia acho que era importante dar-se conhecimento às pessoas que se têm que ausentar." Lamentou o facto do **Senhor Presidente da Câmara** não ter estado presente na última reunião da desagregação das freguesias. Citando: "O Senhor parece que virou as costas a este concelho. Uma reunião tão importante, um assunto tão importante para este concelho que é a desagregação das freguesias, onde está ali a Senhora Presidente da Junta que assistiu a algumas reuniões e que ouviu o público, as pessoas a dizerem que isto está mal e o Senhor Presidente não se apresentou, nem se fez representar nesta reunião, é inadmissível Senhor Presidente, é inadmissível que o Senhor não goste da Lousã, que o Senhor não gosta da Lousã, se o Senhor gostasse da Lousã, não tinha aquela pouca vergonha daquele jardim à frente dos Paços do Concelho, bem como os Passadiços... há pormenores que marcam a diferença e esse é um deles Senhor Presidente. Tenha orgulho no concelho que o elegeram... gostava de lhe perguntar, também, se o Senhor quiser responder se já resolveu o problema da urbanização da Quinta das Nogueiras. Gostava, também, de lhe perguntar se vai demorar muito tempo a resolução do problema dos semáforos na Avenida do Brasil. Gostava, também, de o questionar se o elevador do Centro de Saúde já está pronto... e a cancela dos bombeiros e, por falar em bombeiros, já temos então um substituto ou não? A cancela dos bombeiros já está arranjada ou não está arranjada? Já temos substituto dos bombeiros ou não temos substituto dos bombeiros? É interino, é definitivo ou é provisório como é que é? Gostava, também, de chamar a atenção para o freixo que deu o nome, provavelmente, ao Lugar do Freixo que, na nossa modesta opinião se encontra em riscos de ruir." Dadas as condições climatéricas e ventosas da Lousã, sugeriu que fosse cortado. A concluir, pediu esclarecimentos sobre o

atraso das obras do Metro Bus, sugeriu a criação de incentivos às empresas para se fixarem no Concelho da Lousã e, também, o desenvolvimento de uma política de reabilitação urbana, porque existem casas em vias de ruir.-----

Santinho Antunes tomou a palavra começando por mencionar a receção do Boletim Municipal, agora em dezembro, no entanto, chamou a atenção para o facto de não estarem incluídas as deliberações da Assembleia Municipal, apenas as do Executivo Municipal, considerando uma atitude democraticamente censurável. Exigiu que no próximo boletim seja feita uma errata com a menção de quem apresentou as moções, com referência a que Grupo Municipal e em que data. Seguidamente, referiu-se à temática da descentralização de competências, declarou o seguinte: citando: “ em novembro de 2022 foi questionada sobre a posição tomada pelos autarcas do PSD que criticaram os atrasos no processo e pediram a suspensão da descentralização nesta área, até junho. A Luísa Salgueiro referiu que mais importante que pedir adiamentos é focar e fechar o processo. Em 6 de dezembro de 2022, é dado conta de um acordo entre o governo e autarquias que adiou de janeiro para abril de 2023, a entrada em vigor da transferência permitindo a transferência para os municípios de mais noventa e um mil euros. Poderíamos ficar contentes, mas não ficamos, isto para concluir o quê? na nossa primeira Assembleia chamamos a atenção a isto, ou seja, chamamos a atenção à necessidade de verificar a garantia do governo em cumprir com o processo da transferência de competências em tempo útil e da insuficiência dos valores anteriormente determinados pelo governo, aproveitando assim para questionar o **Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã** se já fez o levantamento das necessidades previstas para a Ação Social, qual a conclusão e se considera existirem condições para que com este acordo aceitar em abril ou antes a competência na área da Ação Social ou, caso contrário se irá manifestar a sua oposição. De igual forma em 22 de novembro de 2022, Luísa Salgueiro voltou a acrescentar que relativamente à descentralização de competências na Educação, está tudo tratado, no que



diz respeito às refeições, ao transporte das crianças com necessidades especiais e ao equipamento e, na Saúde ficou tudo estabilizado e concordamos com o mapeamento dos equipamentos a requalificar e o rácio de viaturas ficará só concluído a 31 de março, portanto acolhemos o que estava proposto pelo governo. Também aqui questiono o **Senhor Presidente** se, efetivamente, a transferência de competências nestas duas áreas está a correr tão bem como é transmitido e se considera que o Município da Lousã tem garantidas as suas necessidades, recursos a nível da Educação e Saúde. Questiona-se, ainda, o Executivo para quando a apresentação da Estratégia Municipal de Saúde.” Deixou ainda uma nota à falta de condições em que funciona a CPCJ, no que é relativo à Comissão Restrita, solicitando a provisão de instalações dignas, recursos e materiais, garantindo o atendimento das crianças e famílias seja efetuado da melhor forma possível. Concluiu a sua intervenção deixando uma nota ao “estado lastimoso” em que se encontra o Edifício do Tribunal da Lousã que não dignifica a Lousã, muito embora não seja da responsabilidade da Câmara Municipal intervir nesta área. -----

Joel Fernandes interveio para destacar o trabalho, empenho e dedicação do Comandante João Pedro Melo que cessou funções em outubro desde ano, de todo o seu comando e de todo o dispositivo de Combate a Incêndios, neste concelho. Deu nota de que a Câmara Municipal apresentou um Voto de Reconhecimento que não foi subscrito por todo o Executivo, mas que no entendimento do PS é justo, meritório e relevante, por ser um bombeiro com mais de quarenta anos de serviço. Foi primeiro Comandante Interino e membro desta Assembleia Municipal. Seguidamente, disse concordar parcialmente com o teor da intervenção do colega relativamente à necessidade de melhorias dos cuidados de saúde no concelho, que é, igualmente uma preocupação da Câmara Municipal e de toda a assembleia. Fez, também, uma referência ao Mercado de Natal, frisando que há sempre espaço para melhoria, embora tivesse constatado bastante atividade económica e pública. Neste e em outros eventos há sempre espaço para a



introdução de melhorias que são reconhecidas com grande mérito e destaque que decorrem na Louçã, a fim de potenciar a atratividade turística.

A Senhora Presidente da Mesa informou **Santinho Antunes** que iria verificar a observação apresentada relativamente à falta de menção das deliberações tomadas nas sessões da Assembleia Municipal e de seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por se referir à questão da Serra da Louçã e aos cortes rasos que se têm verificado, situação lamentável e recorrente, que é do conhecimento geral da assembleia, porque o assunto já tem sido debatido em anteriores sessões. Informou que a Câmara Municipal, assim que teve conhecimento desta ocorrência deu conhecimento ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - SEPNA, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, porque aqueles cortes estão a ter lugar em área considerada Rede Natura 2000. A informação obtida, atendendo ao facto de se tratar de domínio privado, não existe ilegalidade naquela operação florestal. Ainda assim, foi feita uma providência cautelar que não inviabilizou a paragem dos trabalhos dado estarem a ocorrer em domínio privado. Esclareceu que os proprietários não são obrigados a proceder à rearborização. Frisou que a Câmara Municipal, também, não concorda mas pelas razões expostas a capacidade de atuação está limitada a este tipo de operações. Disse que os danos referidos têm a ver com a paisagem e gestão ambiental, mas a Câmara Municipal é, igualmente, lesada pela degradação das vias que são utilizadas pelas empresas que realizam os trabalhos. Está constituída uma área integrada da gestão da paisagem que visa uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital

natural e a promoção da economia rural e para que evitem situações deste tipo. Referiu-se às condições climatéricas que têm sido bastante severas, todavia, tem sido feito o acompanhamento atento e a monitorização ao Rio Ceira pelo Município em colaboração com os Corpos de Bombeiros da Lousã e de Serpins e Juntas de Freguesia, no aviso à população e agentes que têm as suas propriedades e/ou negócios mais próximos do rio. No que diz respeito às obras da envolvente à Escola EB2, disse que a Câmara Municipal, também, gostaria que já estivessem concluídas, especialmente na zona que condiciona à entrada habitual, contudo, entre outras condicionantes, devido às condições climatéricas há trabalhos que tiveram que ser suspensos, para além das obras de criação da mobilidade suave, também, a implementar naquela zona. Sobre as obras de requalificação da Escola Secundária, informou que a Câmara Municipal desde que decidiu não avançar com a obra, apresentou uma nova candidatura a analisar até final do ano em curso. Adiantou que segundo informação que dispõe no momento, o valor da obra rondará cinco milhões de euros, em termos de investimento. Sobre os Cuidados de Saúde Primários, e em outras dimensões, informou que devido a variados fatores uns estruturais, outros conjunturais tem existido dificuldade de assistência à saúde. As dificuldades prendem-se com a falta de recursos humanos, questões logísticas e falta de organização e critério. Frisou que no Concelho da Lousã, é pertinente a distinção entre as Unidades de Saúde Serra da Lousã e Trevim Sol, porque são realidades distintas. Informou, no entanto, que têm sido feitas diligências, algumas em curso, no sentido de colmatar a insuficiência de recursos humanos a nível médico. O processo de reabertura da extensão de Saúde de Serpins, será ponderado depois de estar estabilizado o funcionamento da Unidade de Saúde antes referida. Acredita que a nova estrutura executiva do SNS e o reforço de autonomia de algumas estruturas, mais próximas, sejam importantes para responder com maior eficácia às diferentes situações e, dessa forma, melhorar o serviço prestado às pessoas. Em resposta a **Carolina Cabral** disse que não se pode comparar eventos,





particularmente os “Mercados de Natal” entre os diferentes municípios, porque são executados e desenvolvidos com objetivos diferentes. Frisou que um dos Mercados de Natal foi dinamizado e organizado por uma associação, entidade externa à Câmara Municipal à qual foi cedido espaço, o outro Mercado de Natal, organizado pela autarquia disse entender que tem espaço para melhoria mas correspondeu ao espectável para além de ter havido um conjunto alargado de outras atividades e iniciativas associadas a esta época natalícia. Respondendo a **António José Gonçalves** afirmou, citando: *“relativamente ao atendimento ao público na última reunião do Executivo tomei nota das questões que foram trazidas e, atendendo às competências da Câmara Municipal não tenho nada a adiantar relativamente à intervenção do município José Pires Bento. No que diz respeito à população de veados, javalis, corsos e outros animais que foram, muitos deles repovoados na Serra da Lousã, existe um trabalho relativo a esta população animal, de facto, tem existido um conjunto de impactos negativos que se deve a diversos fatores. A Câmara Municipal, ao longo dos anos foi procurando minorar os impactos negativos que estes animais causam, nomeadamente em zonas da bacia que até já se estendem para fora do Concelho da Lousã. Neste momento, a Câmara Municipal não é entidade gestora de zona de caça, portanto, não temos intervenção a esse nível.”* Sobre o jardim da Câmara Municipal afirmou que, tal como tem sido dito em assembleias anteriores, o objetivo é fazer uma requalificação mais profunda e adequada, o que não tem sido possível concretizar até ao momento. O processo de análise à situação ocorrida nos Passadiços da Senhora da Piedade encontra-se a decorrer, motivo pelo qual se mantém o impedimento parcial da circulação. Relativamente às questões colocadas sobre o loteamento da Quinta das Nogueiras, deu nota que os serviços técnicos da autarquia se encontram a reunir informação para responder às observações apresentadas. Dirigindo-se a **Rui Morais** disse, citando: *“também importa dizer que a centralização na área da saúde ainda não se consumou e relativamente a algumas questões que o*

Ar.
L
Qu



Senhor deputado trouxe mesmo quando se consumir, algumas das questões que aqui são referidas não passarão para a esfera dos municípios, nomeadamente, aquilo que tem a ver com recursos humanos: médicos e enfermeiros, apenas teremos responsabilidade na componente infraestrutural e dos assistentes operacionais. A intervenção dos municípios não abrange algumas áreas que são importantes relativamente cuidados de saúde da população." Sobre o funcionamento do elevador do Centro de Saúde confirmou que depois de uma intervenção profunda, voltou a ficar inoperacional, salientando que, ainda, não é da responsabilidade do município, bem como outras questões logísticas, equipamento e de comunicações apresentadas. Quanto às questões apresentadas sobre o Quartel dos Bombeiros, informou que a cancela não está avariada, necessita apenas de ser afinada e para o Comando dos Bombeiros Municipais está designado interinamente um Comandante. Adiantou que este Comandante Oficial Bombeiro Pedro Santa, exerce as suas funções, capacidades de atuação e intervenção em plenitude. A empresa responsável pela manutenção dos semáforos da Avenida do Brasil não tem conseguido dar a resposta e fazer a reparação em devido tempo. Informou que o freixo, existente no largo do Freixo, foi alvo de uma intervenção técnica por uma empresa especializada da área no ano de dois mil e dezanove. Relativamente às obras do Metro Bus, e de acordo com o que foi transmitido pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, não há nenhum atraso que seja preocupante e quanto ao atraso da empreitada Serpins – Alto de S. João, relativo ao prazo estipulado informou que não tem a ver com o plano global de implementação do Sistema. Sobre a Reabilitação Urbana disse que a Câmara Municipal tem um conjunto de mecanismos de apoios, nomeadamente de índole fiscal, recuperação de fachadas, entre outros, que decorrem das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovadas por esta assembleia já há algum tempo. Sobre o apoio ao investimento afirmou que o Município da Louçã tem várias medidas de apoio, nomeadamente um Regulamento de



Apoio ao Investimento, onde estão plasmados os critérios de atribuição dos diversos apoios ao investimento local. Sobre a descentralização deu nota que é um processo que tem decorrido de forma gradual. Na área da Educação e conforme avaliação que é feita permanentemente, a situação está regular e de acordo com o previsto e os valores transferidos estão em concordância. Na área da Ação Social, há uma evolução muito significativa porquanto a proposta apresentada nesta última fase de negociação corresponde à perspetiva de trabalho que tem que ser desenvolvida. Quanto ao processo da Saúde, e pela especificidade da área, está mais atrasado. Relativamente às condições de funcionamento da CPCJ, tomou como boa nota a questão apresentada por **Santinho Antunes** e quanto à estratégia local de saúde, afirmou ser inerente à consumação da descentralização de competências. Quanto ao Edifício do Tribunal da Louçã, deu nota que a Câmara Municipal já fez diligências junto do Ministério da Justiça dando conhecimento que importa resolver a situação. Criou-se a expectativa que quando fizeram a intervenção interior, fizessem, igualmente, a parte exterior, mas pelos diferentes serviços que ali funcionam verificou-se que não houve acordo comum.-----

Carolina Cabral, pediu a palavra invocando o artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal relativo ao pedido de esclarecimentos, porque o **Senhor Presidente da Câmara** não lhe respondeu às questões colocadas, nomeadamente: quanto à quantidade de pessoas atraídas e quais os valores dos capitais mobilizados. Citando: *"certo que o mercado foi feito há pouco tempo e, pode ainda não ter esses dados, mas, se pelo menos, existir algum tipo de instrumento de medição, porque, se efetivamente, todos concordamos que há muito para melhorar, ou que podemos melhorar ainda muito que tipo de medição é que vai ser feito e que tipo de estudo, de análise ou de rescaldo é que vai ser feito destes mercados."* -----

O Senhor Presidente da Câmara informou não ter dados no momento e sobre o volume de negócio efetuado pelos diferentes agentes, disse que poderá existir alguma informação, sem qualquer rigor. Acrescentou, no entanto, que a

47
h
gr

avaliação é feita, sempre, e há alguns impactos medidos, todavia, e relativamente ao resultado económico para os diferentes agentes não dispõe de informação pormenorizada.-----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. – (doc. nº 3 (três)).-----

Inscrições: António José Gonçalves, Maria Fernanda da Franca, Santinho Antunes, Joel Fernandes, Sérgio Pedroso e Daniela Santos. -----

António José Gonçalves, começou por acusar que há “um défice democrático” na orientação dos trabalhos na sessão, porque os membros da assembleia do PS, são sempre os últimos a falar o que dá direito a alguns membros responderem, não de forma direta, mas de forma indireta. Seguidamente e relativamente à informação escrita do **Senhor Presidente** disse ser vaga, sem conter datas, nem resumo dos assuntos abordados nas reuniões. Posto isto, referiu o itinerário turístico da EN 17 que nasce na Rua do Brasil, em Coimbra e termina em Celorico da Beira, que é a EN 16. Disse que a EN 2, tem um marco colocado por alguém e já, ele próprio, deu a sugestão de colocação de um outdoor sobre a Lousã, mas que nada foi feito nesse sentido. Referiu-se, ainda, a obras de requalificação “Ilhas de Sombra” quando o jardim da Câmara Municipal está por reabilitar. Perguntou ao **Senhor Presidente** mais informações sobre o processo que está em Tribunal cuja autora é DGPW, SA, e o Município da Lousã é réu, no valor de 632 mil euros, e que está em tempo de recorrer. Questionou se teria havido alguma reunião com as Infraestruturas de Portugal – IP a propósito da variante que tem tido vários acidentes. Alertou para a gravidade e urgência na resolução deste assunto, uma vez que tem havido acidentes e mortes naquele local. Frisou que a estrada tem um traçado muito perigoso, não se nota a pintura horizontal, bem como a variante a Foz de Arouce e não vê manifestação de





preocupação por parte de ninguém. Deu, ainda, nota da obra do Nó dos Pegos por executar. Concluiu a solicitar ao **Senhor Presidente** para ser mais rápido nas suas respostas.-----

Maria Fernanda da Franca, Começou por comunicar que teve conhecimento, recentemente, de uma notícia com sabor um pouco "agridoce", porque poderiam ter ficado contentes pelo Município da Lousã ter vencido o "Prémio Nacional de Paisagem 2022" pela candidatura aldeias da Serra da Lousã, onde as aldeias "soam a único", todavia, não podem esquecer que tal prémio atribuído foi, exatamente, no mesmo período de tempo em que a Serra da Lousã, foi visada com duas gravíssimas notícias. Referiu-se aos cortes florestais na Serra da Lousã, que é considerada a maior mancha florestal do país com cerca de 15 158 hectares, integrando a Rede Natura 2000, motivo pelo qual manifestou a sua tristeza por ter sido objeto de corte indiscriminado com terrenos absolutamente desflorestados, em zonas especiais de conservação da natureza. Afirmou que, citando: "o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" da Coligação PPD/PSD-CDS/PP repudia veementemente o corte das populações florestais da Serra da Lousã contribuindo para a desflorestação e para uma gestão completamente danosa numa zona de conservação da natureza. Solicitamos, então, ao **Senhor Presidente** que nos informe, esta desflorestação foi efetuada por empresa privada ou particular? O **Senhor Presidente** já respondeu, mas tem absoluta certeza que foi só particulares? Tem interesse em acompanhar esta situação?" -----

A Senhora Presidente da Mesa interrompeu a intervenção para dar nota que estava a desviar-se do ponto um da Ordem de Trabalhos, - informação escrita do Senhor Presidente - esclarecendo que esta interposição, deveria ter tido lugar no período Antes da Ordem do Dia.-----

Santinho Antunes interveio começando por dizer que, uma vez que a informação do **Senhor Presidente** aborda a Multifuncionalidade da Floresta – Potencialidade e Valorização dos Bens e Serviços dos Ecossistemas Florestais em Portugal, no seu entendimento deve ter alguma relação com o corte de

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and a smaller one below it.



árvores na Serra da Lousã. Pois isto, deu nota que os Pais e Encarregados de Educação estavam habituados a fazer a visita ao refeitório. Tendo em conta o Protocolo que foi celebrado entre a Câmara Municipal e a ASAE, questionou quais os procedimentos a adotar e se vai ser criada uma Comissão para regular esta situação. -----

Joel Fernandes destacou o regresso da Feira do Mel e da Castanha, durante três dias e a envolvimento e participação que a comunidade teve neste evento. Afirmou parecer-lhe importante realçar a importância desta feira após o período de interrupção provocado pela Covid-19. -----

Sérgio Pedroso dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara** disse, citando: "pela informação financeira prestada à data de 31 de outubro de 2022 é com muita pena que constatamos uma taxa de execução tanto a nível da receita cerca de 69,51 % como da despesa cerca de 60,54 % bastante aquém das expectativas. Poderá, o Senhor Presidente, sobretudo no que aos valores das receitas e despesas de capital, 29,96 % e 37,24 % respetivamente, justificar tal facto? Voltamos a alertar para o indicador dos 85 %, indicador este que é o limite para que se desencadeiem os mecanismos de alerta definidos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Quanto à situação patrimonial e no que diz respeito às dívidas a terceiros, verifica-se um aumento nas dívidas de médio e longo prazo em cerca de 27,63 % (+561.124,56 €) e uma diminuição nas dívidas de curto prazo em cerca de 17,06 % (-186.931,04 €) face a 31/12/2021, gostaríamos que nos explicasse a que se deve sobretudo quando no ano passado tivemos somente um aumento de 0,20 % (+4.461,31 €) no que às dívidas de médio e longo prazo diz respeito, e de curto prazo uma redução superior a 54 % (-955.140,53 €) face a 31/12/2020. Em relação ao limite da dívida total verifica-se o seu cumprimento, mas vimos perguntar ao senhor Presidente a que se deve o diferencial verificado, ou seja, de um valor de margem disponível por utilizar a 31/12/2021 de 13.505.820,07 € para 2.493.762,06 € verificada na informação a 31/10/2022. Quanto à lei dos

7
ab
aj



compromissos e dos pagamentos em atraso apraz-nos ver que o município da Lousã não tem pagamentos em atraso." -----

Daniela Santos usou da palavra para se referir a duas notícias publicadas no Jornal O Trevim: uma referente às obras de requalificação do cineteatro que dá como concluída em maio do próximo ano, perguntando ao **Senhor Presidente da Câmara** se dá por garantida, a outra e referente à Rede Ciclável da Lousã e o troço ligado às escolas que abrange os trabalhos da entrada da EB2, tendo em consideração ser uma mais-valia para os Lousanenses e para o meio ambiente perguntou quanto tempo mais será necessário para a sua conclusão e qual a justificação para que esta obra não esteja concluída quando já devia ter sido inaugurada. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões que lhe foram dirigidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que o designado Projeto Ilhas Sombras diz respeito a uma candidatura feita no âmbito da mitigação dos efeitos das alterações climáticas e intervenções no Parque Urbano, Complexo Desportivo das Gândaras e o Campo Dr. José Pinto de Aguiar. O processo submetido a Tribunal da empresa DGPW, contestado pela Câmara Municipal refere-se à não execução da empreitada relativa à Escola Secundária. Têm sido efetuadas várias reuniões e diligências com as Infraestruturas de Portugal – IP, no que diz respeito à manutenção de vias, nomeadamente à sinalização horizontal, nas variantes à EN 342 e Foz de Arouce e, ainda, pela concretização da parte do Nó dos Pegos. Sobre os cortes rasos, situação que a todos desagrada e que já foram aqui referidos, no período Antes da Ordem do Dia, afirmou que todos deveriam ficar satisfeitos com o prémio que o Concelho da Lousã conseguiu porque permeia questões que são importantes e que valorizam o próprio concelho. Informou que os representantes dos pais podem fazer a visita ao refeitório. Relativamente à informação financeira referida por **Sérgio Pedroso** disse que atendendo à especificidade do ano e às dificuldades adicionais é cada vez mais exigente o

At.
h
q



exercício da gestão e o cumprimento de todas as regras. Relativamente à comparação apresentada salientou que para ser mais exato e rigoroso deveria ser feita entre os anos de 31/10/ 22 e 31/10/2021, conforme informação apresentada em tempo, ou seja, em períodos de tempo iguais. Comparativamente aos anos de 31/10/ 22 e 31/10/2021, a execução está em linha e a perspetiva da Câmara Municipal é conseguir alcançar as metas definidas. A dívida a terceiros de médio e longo prazo comparando 31/10/ 22 e 31/10/2021, não apresenta o valor referido, apenas um aumento menor do que o referido, na ordem dos cento e cinquenta mil euros. No que diz respeito à execução da despesa e receita, confirmou que há valores considerados baixos, mas, comparativamente a períodos homólogos estão em linha e a perspetiva é de cumprimento. Afirmou que a Câmara Municipal está a trabalhar, após a reprogramação temporal dos trabalhos, para que seja cumprida a data definida para a conclusão das obras de requalificação do cineteatro até trinta e um de maio do ano de dois mil e vinte e três. Adiantou que a candidatura apresentada pela Câmara Municipal a Fundos Comunitários está aprovada e, por conseguinte o mérito está reconhecido. Sobre a Mobilidade Urbana Sustentável informou que são duas empreitadas que estão em execução, uma designada interfaces que está suspensa neste momento e a outra diz respeito à área já referida da envolvente à EB2, Escola Secundária e Piscina Municipal com ligação à Escola EB1. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022. – (doc. nº 4 (quatro)). -----

Inscrições: **António José Gonçalves**, que prescindiou usar da palavra. -----



Colocada à votação a 3ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2022, foi aprovada por unanimidade dos vinte e cinco elementos na sala.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

3 - Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2023. – (doc. nº 5 (cinco)). -----

Inscrições: Sérgio Pedroso, Margarida Correia, Luís Martins e Joel Fernandes.----

Sérgio Pedroso tomando a palavra a fim de fazer a análise a este ponto da Ordem de Trabalhos e disse, citando: *“Da análise ao Orçamento Municipal que para o ano de 2023 apresenta um valor global de EUR: 20.657.106 € contra os 18.753.357 € orçados para 2022 o que significa um aumento de 1.903.749 €, podemos retirar as seguintes conclusões: continuam-se a tributar as famílias e as empresas Lousanenses em demasia, senão vejamos: em 2022 em impostos diretos tínhamos uma previsão de 3.413.133 € enquanto para 2023 este valor será de 3.793.300 €, mais 380.167 €. Só representam 18,36 % de toda a receita municipal e, aproximadamente, 24 % da receita corrente. Nesta rubrica não está contemplado o, também, aumento em cerca de 101.218 € no que há comparticipação do IRS diz respeito, isto é, de um valor orçamentado de 501.614 € em 2022, para um valor orçamentado de 602.832 € para 2023, ou seja, se somarmos aos 380.167 € teremos quase meio milhão de aumentos de 2022 para 2023, só em impostos cobrados aos Lousanenses e Empresas Lousanenses. Senhor Presidente quer tecer algum comentário? Em relação às taxas, multas e outras penalidades verificamos um aumento de 2022 para 2023 de 36.281 €, mas o que nos preocupa são os 65.859 € que se encontram em dívida provenientes das taxas de saneamento. No ano passado eram 67.143 €, será que vão ser recebidos **Senhor Presidente**? Também nos preocupa o valor dos 275.159 € orçamentados pois será a rubrica a par da de venda de bens e serviços correntes que contempla a venda de bens e serviços e preocupa-nos que seja uma verba tão baixa. Em relação aos rendimentos de propriedade,*

Ag.
us

g



estes sofrem uma ligeira diminuição em relação ao orçamentado em 2022 cerca de 17.450 € e voltamos como no ano passado a perguntar se em relação ao que se vai passar quanto ao aumento da eletricidade para 2023, também, aqui, não poderia o Município aumentar as rendas de concessão com a EDP e com os Parques Eólicos? Na rubrica das transferências correntes verificamos um aumento significativo de 7.011.268 € em 2022, para 9.096.229 € em 2023. Sabemos o porquê deste aumento, deve-se muito às tão faladas transferências de competências, mas será esta verba suficiente, cerca de 2.106.544 €? Verificamos que está orçamentado incluir 1.100.000 € do saldo da gerência do ano de 2022, em outras receitas correntes, contra os 500.000 €, incluídos no orçamento para 2022 e como já perguntado no ano passado, pode o Senhor Presidente explicar o porquê desta situação? Será que estamos na presença de um valor deficitário para cobrir despesas? Em relação às transferências de capital, estas apresentam o valor orçamentado de 3.439.662 € e que somados aos 9.096.229 € das transferências correntes representam 60,68 % de toda a receita um aumento em 3,02 % em relação ao ano passado, o que nos obriga a estar bastante atentos na sua aplicação, pois teremos que os aproveitar da melhor maneira e porque como afirmamos já, em assembleias anteriores, estamos muito dependentes destes fundos de entidades externas e que terão de ser aplicados, à exceção da participação variável do IRS que atinge o valor de 602.832 €, nos programas/projetos a que se destinam. Encontra-se ainda evidenciado o valor de 1.128.158 € em passivos financeiros dos quais 1.010.295 € são com a finalidade da requalificação do Cineteatro da Louçã, e então perguntamos porque sempre o fizemos, será em 2023, e cremos que sim, que teremos a obra concluída? Já agora pode informar-nos em quanto importará esta obra? Em relação ao Orçamento da Despesa, verifica-se um valor de 5.990.250 € na rubrica de despesas com pessoal, comparando com o ano de 2022 verifica-se um aumento em cerca de 1.755.650 €? Alertamos para o facto deste elevado aumento estar relacionado com a transferência de competências no domínio da educação.



Mas será este valor suficiente **Senhor Presidente**? No que a aquisição de bens diz respeito também aqui assistimos a um aumento, cerca de 411.000 €, muito por culpa da contratualização do fornecimento de refeições para todos os estabelecimentos escolares do concelho, decorrente da transferência de competência no domínio da educação. Pergunto **Senhor Presidente** será que o valor orçamentado em receita – transferência de competências de 2.106.544 € cobrirá toda esta despesa? Na aquisição de serviços um aumento de 460.050 € em comparação com o orçado no ano anterior. Neste ponto e porque algumas rubricas até baixaram de valor orçamentado, como por exemplo encargos de instalações (onde se incluem eletricidade, gás e água), perguntamos o que são os 687.500 € inscrito na rubrica Outros que aumentaram cerca de 182.500 €?! Aproveitamos e perguntamos, também, o porquê de um aumento tão significativo no que à rubrica dos transportes diz respeito que passa de 325.000 € para 442.500 € cerca de 117.500 €. Nas transferências correntes, verifica-se um aumento de cerca de 231.650 € em relação ao ano anterior, mas, se analisado, constata-se que deste aumento retirou-se às freguesias 122.500 €, passando-se de 308.500 € para 186.000 € para se aumentar 424.900 € para Empresas públicas Municipais e Intermunicipais (passou-se de 100 € para 425.000 €), pode explicar-nos Senhor Presidente o que se passou aqui? Em relação às aquisições de bens de investimento e às transferências de capital verificamos uma diminuição significativa em cerca de 1.134.300 € em relação ao ano de 2022 e se no ano passado congratulámos o Município neste capítulo, este ano teremos que nos entristecer e perguntar ao **Senhor Presidente** o porquê desta grave situação, pois é este valor que representa as aquisições de bens que contribuem para a formação de capital fixo. Em relação à regra do equilíbrio orçamental é de referir que esta está cumprida. Passando agora à análise das Grandes Opções do Plano que totalizam o valor global de 11.836.300 € constatamos que o valor atribuído diminui em relação ao ano de 2022 em cerca de 478.250 €. Analisando por Funções, este ano podemos observar um decréscimo nas

Funções Gerais (-286.200 €) e nas Funções Económicas (-368.250 €) e um aumento nas Funções Sociais (+ 104.200 €) e nas Outras Funções (+72.000 €). Discriminando agora por programa temos que em: Administração Geral cerca de 10,35 % do total das GOP diz-nos que irão ser instalados Espaços de Cidadão nas freguesias do concelho, **Senhor Presidente** pode explicar quando, como e quanto vai custar este serviço? Proteção Civil e Luta Contra Incêndios diminui consideravelmente este apoio o que tem vindo a acontecer de ano para ano, cerca de -193.700 €, **Senhor Presidente**, não acha que esta rubrica merecia mais apoio?" -----

Margarida Correia usou da palavra, neste Ponto da Ordem de trabalhos, para destacar as partes mais relevantes dos documentos que, citando: “*Relativamente ao Orçamento Municipal apresentado, entendo ser pertinente destacar alguns aspetos. Todos sabemos, até a nível pessoal, da dificuldade de gestão orçamental no ano que agora termina e cujas circunstâncias exigentes se preveem manter ou agravar em 2023. A Autarquia, não sendo alheia a este contexto, que impacta a sua ação, não só pela limitação provocada pelo aumento generalizado de preços que todos conhecemos mas, também, na medida em que se prevê que aumente a solicitação de apoio social a que será necessário responder. Apesar deste contexto complexo, o orçamento para 2023 reflete a intenção de continuar investimentos estruturais, com ambição, mas, também, responsabilidade nomeadamente, com o compromisso na área da eficiência energética de que é exemplo, na Educação, com o previsto investimento de cinco milhões de euros na requalificação da Escola Secundária; na Saúde, com a prevista concretização da candidatura da construção do segundo edifício do Centro de Saúde ao Programa de Recuperação e Resiliência; nas transferências para as freguesias, em cerca de quatrocentos e setenta e sete mil euros, mas também, no reforço do apoio à Associação Empresarial, como forma de promover e dinamizar o tecido económico. Por fim destaco, porque os valores falam por si: cerca de oitocentos mil euros para as refeições escolares, mas*




também os valores avultados para o transporte escolar e as atividades de apoio à família, cerca de quarenta e oito mil euros para as medidas de apoio de emergência social, o apoio à natalidade e o apoio aos clubes. Por todos estes dados elencados, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente o Orçamento e Grandes opções do plano para 2023." -----

Luís Martins prescindiui. -----

Joel Fernandes usou da palavra para dizer que este documento vai ao encontro do compromisso assumido com os Lousanenses e com o programa eleitoral do Partido Socialista. Afirmou que é um orçamento realista e que se propõe a continuar a fomentar o projeto de desenvolvimento do PS para o concelho, é um orçamento de coesão social e com investimento nas pessoas como uma das prioridades. Disse, ainda, que é um orçamento que não se esquece da valorização do património natural, edificado e de capital humano. Não esquece a qualificação do concelho, são várias as obras e projetos que vão continuar a contribuir para o aumento da qualidade de vida no concelho e que valoriza as freguesias com um aumento de transferências. No seu entendimento, por todos estes motivos, o PS vota favoravelmente o documento apresentado. -----

O Senhor Presidente da Câmara dirigindo-se a **Sérgio Pedroso** confrontou-o com o facto de que por um lado, este se refere a um conjunto de rubricas que considera que estão com dotação insuficiente, mas, ao mesmo tempo, refere a diminuição necessária das receitas, questionando como é possível, concomitantemente, aumentar a despesa e diminuir a receita e elaborar um orçamento que tem regras para cumprir entre Receita e Despesa e a regra do equilíbrio corrente. No seu entendimento esta é a maior de todas as outras questões por si colocadas. Em relação à tributação, equacionou a questão da componente da receita onde refere a preocupação a dependência de entidade externa e portanto fala ao mesmo tempo em diminuir receita e portanto aquilo que diz respeito às receitas próprias, por essa via a dependência torna-se, ainda maior, em termos de gestão. As concessões das

Ag.
AS

Am



rendas da EDP e os Parques Eólicos não são definidas por iniciativa própria, mas sim, por regras gerais. Na rubrica - despesas com pessoal – esclareceu que o crescimento tem a ver com a integração dos recursos humanos: assistentes operacionais e assistentes técnicos da área da Educação e, ainda, a aumento previsto para o próximo ano, em diferentes vertentes, no montante que ronda os trezentos mil euros de crescimento de despesa a este nível e decorrente sobretudo de aumentos salariais. Informou, também, que está previsto em termos do aumento das despesas com a contratação de pessoal um investimento em recursos humanos na área da Proteção Civil. Sobre as refeições, esclareceu que o valor recebido não é igual ao valor da contratação, existe sempre um diferencial que é assumido pela Câmara Municipal. Em matéria de transportes, onde está incluída a rubrica – Outros – e incluídos 680 mil euros, disse que tinha a ver com acerto, custo com combustíveis e frisou que há uma perspetiva muito negativa no que diz respeito às contratações destes serviços. Deu nota que houve um reforço de dotação às freguesias, pese embora nunca seja entendido como suficiente. O Espaço do Cidadão é um projeto que decorre de uma candidatura e um processo desenvolvido pela Câmara Municipal com a Agência da Modernização Administrativa – AMA, onde se pretende implementar no próximo ano, em articulação com as Juntas de Freguesia, o reforço dos serviços de proximidade aos cidadãos. Sobre a Escola Secundária e em função das contingências das regras de receita, despesa e equilíbrio, disse que há objetivos que têm que ficar em rubrica aberta a dotar em tempo oportuno, nomeadamente quando as operações de financiamento estão aprovadas. Sobre os serviços de auxiliares de ensino, esclareceu que não diz respeito à descentralização, porque a Câmara Municipal tem um conjunto de serviços, projetos e ações de atividades de apoio à família, componentes de tempos livres e outras, onde investe bastante dinheiro e que decorre de iniciativa própria. Na área da Saúde, reiterou a informação de que a descentralização ainda não se consumou, por isso há rubricas em aberto no



sentido de poder fazer toda a tramitação quando ela ocorrer. Frisou que a saúde, é uma área tão importante que vai ser construído o segundo edifício complementando o existente, tendo a Câmara Municipal se substituído ao Estado Central, na elaboração do projeto, posicionando-se à candidatura de fundos comunitários, a fim de permitir melhores condições de funcionamento às Unidades de Saúde que ali estão instaladas. Habitação e Cadastro – é um processo de financiamento que em termos de recursos humanos tem dotação para contratação do técnico para o próximo ano, a fim de dar continuidade ao projeto. Zonas empresariais – é uma dotação menor do que o desejado, mas existem outras rubricas através das quais se podem concretizar outras iniciativas, como por exemplo, aquisição de terrenos para ampliação e criação de mais área para as zonas empresariais. A verba inscrita nesta rubrica para as vias rodoviárias, atendendo ao contexto, está dotada com algum significado. O Mercado Municipal continua a ser um objetivo para o qual se procura financiamento, motivo pelo qual a rubrica está em aberto com alguma dotação. Adiantou que a Câmara Municipal tem um anteprojeto, mas poderá vir a sofrer alterações, por necessidade de atualização de outras valências. Afirmou que se mantém o objetivo do Centro de Negócios. Referindo-se à APIN, disse que os dados estão apresentados nos documentos distribuídos. Relativamente à perspetiva e em função do resultado líquido da empresa, a Câmara Municipal terá que aguardar no sentido de poder ter a definição concreta do valor desse resultado e correspondente necessidade de mobilização de recursos financeiros para essa situação. Realçou, a concluir que as Funções Sociais sempre absorveram uma fatia considerável do orçamento e, no atual contexto, é o reflexo do acompanhamento que a Câmara Municipal procura prestar à comunidade e das medidas que têm como objetivo mitigar as dificuldades conhecidas por todos.-----

Colocada à votação as Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de dois mil e vinte e três, foram aprovadas por

Ag
h
gr



maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) votos contra da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e 1 (uma) abstenção do BE. ---

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023. (doc. nº 6)).-----

Inscrições: Não houve. -----

Colocada à votação a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023, foi aprovada por 17 (dezassete) votos do PS e BE e 8 (oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP

Por último e esgotada a Ordem de Trabalhos a **Senhora Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala todos os elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e treze minutos. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,



fx

266

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins